

Comitê Nacional de Facilitação do Comércio – Confac

Ata da 2ª Reunião do Confac

Às 16 horas do dia 31 de março de 2021, pela plataforma online Teams, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio – Confac, conforme Decreto nº 10.373, de 26 de maio de 2020, sob a presidência compartilhada de Lucas Pedreira do Couto Ferraz, Secretário de Comércio Exterior, e de Decio Rui Pialarissi, Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil. A reunião contou com a presença de representantes dos seguintes órgãos:

Presidência da República:

- Robson Crepaldi, Assessor da Secretaria Executiva da Casa Civil;

Ministério da Defesa:

- Bruno Ricardo da Silva Assunção, Coordenador do Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa;
- Sarah Mendonça de Faria, Coordenadora da Divisão de Comércio Exterior do Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa;

Ministério das Relações Exteriores:

- Bruno Teixeira, Divisão do Mercado Comum do Sul;
- Daniel Nogueira Leitão, Chefe da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul;
- Fábio Meira Dias, Chefe da Divisão de Acesso a Mercados;
- Lucas Magalhães;
- Paulo Gustavo Barbosa Martins, Assistente da Divisão de Contenciosos Comerciais;

Câmara de Comércio Exterior (Camex), Ministério da Economia:

- Ana Paula Lindgren Alves Repezza, Secretária-Executiva Adjunta;
- João Augusto Baptista Neto, Coordenador-Geral de Gestão Tarifaria;

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), Ministério da Economia:

- Decio Rui Pialarissi, Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil;
- Fausto Vieira Coutinho, Subsecretário de Administração Aduaneira;
- Jackson Aluir Corbari, Coordenador-Geral de Administração Aduaneira (Coana);
- Bibiana das Chagas Meroni Costa, Coordenadora-Geral de Administração Aduaneira Substituta (Coana);
- Kelly Cristina Silva Morgero, Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil;
- Clarissa Raquel de Souza Savaris, Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil;
- Edison Introvini, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil;

- Fernanda de Souza Pereira, apoio do Gabinete da Receita Federal do Brasil;

Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Ministério da Economia:

- Daniel Hirschmann, Analista Técnico-Administrativo;

Secretaria de Comércio Exterior (Secex), Ministério da Economia:

- Lucas Pedreira do Couto Ferraz, Secretário de Comércio Exterior;
- Leonardo Diniz Lahud, Secretário de Comércio Exterior Substituto;
- Eliana Mesquita Hupsel, Chefe de Gabinete da Secex;
- Paula Costim, Assessora do Gabinete da Secex;
- Daniela Ferreira de Matos, Analista de Comércio Exterior do gabinete da Secex;
- Glenda Bezerra Lustosa, Subsecretária de Facilitação de Comércio Exterior e Internacionalização (Sufac);
- Victor Maselli Neto, Coordenador de Inserção Internacional de Empresas, Sufac;
- Tiago Martins Barbosa, Coordenador-Geral de Projetos Estratégicos da Sufac;
- Ignácio Parini de Fernandez y Alcazar, Coordenador-Geral de Facilitação de Comércio, Substituto, Sufac;
- Nícia Pereira de Araujo, Chefe de Divisão de Políticas Nacionais de Facilitação de Comércio, Sufac;
- Brenda Gonçalves e Cunha, Analista de Comércio Exterior, Sufac;
- Patrícia de Lima Favaretto, Analista de Comércio Exterior, Gabinete da Sufac;
- Henrique Martins Sachetim, Analista de Comércio Exterior, Gabinete da Sufac;
- Flávio Augusto Trevisan Scorza, Analista de Comércio Exterior, Sufac;
- Renato Agostinho da Silva, Subsecretário de Operações de Comércio Exterior;
- Igor Vieira Maia, Coordenador-Geral de Sistemas da Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior (Suext);

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa):

- Francisco Sadi Santos Pontes, chefe do Serviço de Auditoria e Gerenciamento de Riscos (Seagri);

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa):

- Maria Elisa Araújo Pessoa, Coordenadora de Gestão do Risco Sanitário em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados;
- Nériton Ribeiro de Souza, Gerente de Controle Sanitário de Produtos e Empresas;
- Nélio César de Aquino, Gerente de Laboratórios de Saúde Pública (Gelas);

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro):

- Diego Eugenio Pizetta, Coordenador-Geral Substituto de Articulação Internacional;

- Marcelo Ferreira, Coordenador Executivo e de Gestão Substituto;
- Rodnei Fagundes Dias, da Diretoria de Avaliação da Conformidade;

Verificada a existência de quórum, a Presidência do Confac deu início à reunião. A abertura foi realizada pelo Secretário de Comércio Exterior e pelo Subsecretário-Geral da RFB, que agradeceram a todos os colegas que participaram da elaboração do Plano de Trabalho do Confac para o biênio 2021-2022. Passou-se em seguida às discussões e deliberações sobre a pauta previamente proposta.

1. Aprovação da ata da 1ª Reunião do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio, ocorrida em 30 de julho de 2020.

Após informar que a ata da 1ª Reunião do Confac foi circulada por mensagem eletrônica para consideração dos participantes, o Secretário de Comércio Exterior perguntou se havia alguma observação a respeito. Não havendo nenhuma manifestação, considerou-se aprovada a referida ata.

2. Deliberação sobre o Plano de Trabalho do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio para o biênio 2021-2022.

i) Relato sobre as manifestações recebidas no âmbito da Consulta Pública referente à minuta de Plano de Trabalho para o biênio 2021-2022.

Foi informada a realização de consulta pública sobre o Plano de Trabalho, cujo resultado reflete o norte a ser seguido na condução dos trabalhos. Reafirmou-se que o plano foi uma construção conjunta, apresentando as linhas mestras das atividades a serem desenvolvidas no biênio 2021-2022, e contou com a participação dos diversos órgãos atuantes no comércio exterior do País.

ii) Apresentação da proposta de Plano de Trabalho para o biênio 2021-2022 à luz das manifestações.

Foram apresentadas as 9 frentes de atuação constantes do Plano de Trabalho do Confac. As primeiras 5 frentes de atuação foram abordadas pelo Secretário de Comércio Exterior, Substituto, Leonardo Diniz Lahud, e as 4 últimas foram tratadas pelo Coordenador-Geral de Administração Aduaneira (Coana) da RFB, Jackson Aluir Corbari, conforme demonstrado a seguir:

- 1) Acompanhamento do cumprimento do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) e demais acordos sobre o tema:
Comentou-se que há diversos acordos bilaterais ou regionais firmados, mas nenhum vigente até o momento. Salientou-se a importância do cumprimento do AFC não apenas no aspecto formal, mas também a necessidade de haver cumprimento qualitativo do acordo.
- 2) Construção de um instrumento de diálogo permanente com o setor privado:

Afirmou-se que o objetivo é buscar forma de estruturar as demandas recebidas e o modo como encaminhá-las. Foi ressaltada a importância deste mecanismo.

3) Consolidação do ambiente digital de comércio exterior:

Discorreu-se sobre a importância e os progressos do Portal Único de Comércio Exterior. Ressaltou-se que há também outros projetos relevantes, como a Janela Única Aquaviária e a integração com o projeto Porto sem Papel. Tais iniciativas demonstram que as evoluções no ambiente digital têm ido além da implementação do Portal e suas melhorias, trazendo benefícios, por exemplo, para a própria estrutura portuária brasileira.

4) Reforma dos procedimentos administrativos de exportação e importação:

Pontuou-se que o Brasil licencia excessivamente suas operações de importação, e que é essencial que seja feita uma verdadeira reforma no conjunto de licenciamentos. É também imprescindível que esse trabalho seja realizado em conjunto com os órgãos anuentes.

5) Ampliação da transparência das informações relativas ao comércio exterior brasileiro:

Destacou-se que esse ponto tem forte relação com o anterior, mas que vai além. Atualmente, trabalha-se com a premissa de que tudo o que tem relação com o comércio exterior precisa estar disponível e acessível ao público em geral.

6) Implementação das recomendações do TRS (*Time Release Study* Brasil):

Lembrou-se que o TRS já foi apresentado na reunião anterior do Confac, oportunidade em que foram exibidas as constatações e deficiências identificadas durante o estudo, as quais geraram uma série de recomendações que já vêm sendo tratadas, inclusive por meio das Colfacs (Comissões Locais de facilitação de Comércio). Afirmou-se igualmente que já foram disponibilizadas todas as ferramentas para as unidades locais da RFB, para que as constatações e deficiências específicas de cada localidade possam ser tratadas pontualmente.

7) Fortalecimento da comunidade de comércio internacional por meio das Colfacs:

A atuação na busca por melhorias por meio das Colfacs permite uma maior capilaridade no recebimento de demandas e no seu tratamento. Em breve, deve-se expandir a quantidade de Colfacs no Brasil para todas as cidades onde há unidades da RFB, ampliando-se a atual abrangência, que responde por 80% (oitenta por cento) das operações de comércio exterior.

8) Gestão Coordenada de Fronteiras:

Ressaltou-se que há anos o tema é discutido, mas ainda não há nenhum estudo. Foi informado que já foi tratado com o Banco Mundial sobre a elaboração de um estudo de constatação e avaliação. Espera-se que ainda este ano seja levantando um diagnóstico sobre o tema.

9) **Ampliação do OEA Integrado:**

Salientou-se o quanto é importante trazer os demais órgãos anuentes nas operações de comércio exterior para o programa OEA, com um trabalho focado no gerenciamento de riscos. Já há vários acordos firmados, mas que precisam evoluir. Foi informado que a Secex também decidiu participar do programa e que isso vai fortalecer e enriquecer o trabalho que vem sendo realizado.

iii) **Adoção do Plano de Trabalho para o Biênio 2021-2022.**

Na sequência, o Secretário de Comércio Exterior reafirmou a importância de focar o direcionamento das atividades no Plano de Trabalho estabelecido, ressaltando aspectos como o diálogo com o setor privado, a consolidação do ambiente digital no comércio exterior, e a importância do comprometimento e parceria com o programa OEA.

Concluindo este ponto da agenda, o chefe da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, do MRE, Daniel Nogueira Leitão, frisou que a implementação do plano vai ajudar a melhorar o comércio exterior brasileiro, e destacou que foi muito positiva a inclusão do AFC no Plano de Trabalho do Confac. Ainda foi mencionada a atuação do MRE relativamente aos acordos do OEA no Mercosul, seu acompanhamento para a incorporação interna de todos os acordos firmados, e disposição do Órgão para colaborar na divulgação do trabalho perante os membros do bloco. Foi ainda lembrado que, a partir do segundo semestre de 2021, o Brasil assumirá a presidência do Mercosul.

3. Projeto *Prosperity Fund* do Reino Unido

Lembrou-se que o *Prosperity Fund* é o fundo de cooperação do Governo Britânico e que consiste na assistência ao desenvolvimento de países, sendo que o Brasil é um dos prioritários para o programa.

Há duas frentes de atuação em andamento em que o Ministério da Economia participa e que têm relação direta com a agenda do Confac, a saber, a inserção de micro, pequenas e médias empresas no comércio exterior, por meio do projeto *Global Trade Hub*; e a eficiência portuária, através da implementação do sistema tecnológico *Port Community Systems (PCS)*.

i) ***Global Trade Hub:***

Explicou-se que se trata de uma grande plataforma de serviços (aduaneiros, de logística e de financiamento, por exemplo) que deve servir como ferramenta para que pequenas empresas possam atuar no comércio exterior, com apoio e redução de custos. Destacou-se que este é um projeto prioritário para o Ministério da Economia e para o governo do País.

ii) *Port Community Systems*:

Foi explicitado que é um sistema tecnológico para integração de dados, com foco no aumento da eficiência dos procedimentos portuários. Num primeiro momento, há 4 portos participando do projeto: o de Santos, Suape, Itajaí e Paranaguá. A fase atual é de mapeamento dos gargalos, para que, em seguida, esteja apto para definir estratégias de atuação.

Foi esclarecido que este não é um projeto do governo, mas que está sendo fomentado por ele.

O Secretário de Comércio Exterior mencionou que são projetos revolucionários, e que trarão grande impacto para o comércio exterior brasileiro.

4. Agenda para a Modernização de Processos de Comércio Exterior por meio do Portal Único Siscomex

O foco abordado neste tópico foi o licenciamento por parte dos órgãos intervenientes via Portal Único e o necessário envolvimento de todos para a redução de licenciamentos e burocracia.

Salientou-se que já foram eliminadas mais de 600 (seiscentas) mil licenças, que representam mais de 50% (cinquenta por cento) das licenças de importação por parte da Secex, sendo uma economia de cerca de 50 (cinquenta) milhões de reais para os importadores, em termos de tarifas. Mencionou-se também o esforço conjunto que está sendo empreendido para a racionalização dos controles, de forma a se tornarem mais eficientes e menos onerosos, tanto em razão da Lei de Liberdade Econômica como do AFC.

Informou-se a meta de concluir as funcionalidades do Portal Único até o final de 2022, mas reafirmou-se a importância do engajamento de todos os órgãos anuentes para que isso ocorra, especialmente daqueles cuja atuação causa mais impacto nas operações de comércio exterior: Anvisa, Inmetro e Mapa. Foi ressaltada ainda a importância do compartilhamento de informações, especialmente para o gerenciamento de riscos.

5. Notificações à OMC sobre licenciamento de importações e restrições quantitativas

Quanto a este tópico, o Secretário de Comércio Exterior reafirmou a posição de apoio da Secex ao MRE quanto ao compromisso com as notificações e, mais uma vez, ratificou a necessidade de revisão das licenças.

O Chefe da Divisão de Acesso a Mercados, do MRE, Fábio Meira Dias, elogiou o esforço do Ministério da Economia no resultado do Plano de Trabalho do Confac, por tratar, além dos aspectos domésticos, também dos compromissos internacionais do País, ressaltando que a transparência tem sido assunto muito importante nas discussões da OMC.

Foi esclarecido que há 2 (duas) obrigações de notificação pendentes: as referentes aos licenciamentos de importação e às restrições quantitativas. Quanto às restrições propriamente ditas, foi informado que têm que ser enviadas a cada 2 (dois) anos e que a última foi feita em 2018. Além disso, foi informado que o Brasil não atualiza suas notificações sobre licenças de importação desde 2016.

Afirmou-se que tratar das notificações da OMC no Plano de Trabalho do Confac, em interação com os órgãos anuentes, vai ser muito importante, pois deve ser feito um grande diagnóstico. A Secex já adiantou que vai enviar formulários a todos os órgãos solicitando informações sobre normas e procedimentos, relativamente aos licenciamentos, tendo sido ressaltada a importância deste quesito para a transparência no âmbito da OMC, bem como para a transparência interna. Foi solicitado que todos os órgãos anuentes informem seus pontos focais e respectivos e-mails para que seja dado andamento ao assunto.

6. Encaminhamentos Finais

No final da reunião, o Coordenador da Coana/RFB destacou que foi apresentado o TRS na última reunião do Comitê de Facilitação do Comércio da OMC, e que os participantes do evento demonstraram bastante interesse.

O Secretário de Comércio Exterior Substituto comentou sobre a publicação da Medida Provisória (MP) nº 1.040, de 30 de março de 2021, sobre a Modernização do Ambiente de Negócios, a qual trata, entre outros, das licenças e que vai ajudar a nortear os trabalhos sobre a simplificação dos licenciamentos. Além disso, a MP deve trazer muitos frutos para o ambiente de negócios do País, destacando que essa vitória é resultado do trabalho conjunto dos órgãos.

O Subsecretário de Administração Aduaneira da RFB voltou a parabenizar os colegas envolvidos na elaboração do Plano de Trabalho, porém ressaltou que é um projeto muito ambicioso, e que se os objetivos forem cumpridos, o Brasil vai estar na vanguarda internacional quanto à facilitação do comércio.

O Secretário de Comércio Exterior mencionou a importância do plano, dizendo que sua implementação representará um grande progresso quanto à inserção do Brasil na economia internacional, realçando a importância da adesão dos órgãos anuentes e de seu compromisso para o cumprimento do plano. Ressaltou também o objetivo da conclusão ainda nesse governo, até o final do ano de 2022.

No fim, foi informada a data da próxima reunião do Subcomitê de Cooperação, prevista para dia 14/04/2021. E, com o agradecimento pela participação e engajamento de todos, a reunião foi encerrada às 17:20h.